



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 4, N. 5, junho/2023 #34



Universidade
de Fortaleza



BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR

Vol. 4, N. 5, junho/2023 #34

Reitoria

Reitor Randal Martins Pompeu

Vice-reitoria de Graduação

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

Profa. Danielle Batista Coimbra

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de
Pesquisas Econômicas – UNIFOR

Prof. Felipe Bezerra dos Santos

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri Neto

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 34ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Vicente Aníbal da Silva Neto, Economista egresso da Universidade de Fortaleza, intitulado “**A Produção de Castanha-De-Caju nas Mesorregiões do Estado do Ceará no Período 2002-2021**”. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2023-2024; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2023 e 2024 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista. A última seção do Boletim apresenta a evolução das ações das empresas cearenses listadas em bolsas de valores, medida pelo **Índice de Ações Cearenses - IAC do Núcleo de Pesquisas Econômicas da UNIFOR**.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

A PRODUÇÃO DE CASTANHA-DE-CAJU NAS MESORREGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO 2002-2021

Vicente Aníbal da Silva Neto¹

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a área destinada ao plantio da castanha-de-caju correspondia a 427 mil hectares - 425 mil apenas no Nordeste -, o que representa cerca de 99,5% do total da produção. Na Região Nordeste, o estado do Ceará desponta dos demais, pois representa, em termos de área plantada, cerca de 63,8% do todo.

De acordo com Barros et al., (1993), o cajueiro é típico de clima tropical, podendo ser encontrado em quase todo o mundo. Trata-se de uma espécie originária do Brasil, estando disseminado em quase todo o território.

Ainda segundo os autores supracitados, são inúmeros os produtos e os subprodutos que podem ser aproveitados da árvore:

O principal produto é a amêndoa da castanha-de-caju (ACC), localizada no interior da castanha, de onde também é extraída a película que reveste a amêndoa, rica em tanino e utilizada na indústria química de tintas e vernizes. Da casca da castanha, extrai-se o líquido da casca de castanha-de-caju (LCC), usado na indústria química e de lubrificantes, curtidores, aditivos, entre outros. Já o pedúnculo do caju (pseudofruto) é processado por indústrias ou minifábricas para a obtenção do suco ou da polpa congelada, a ser utilizada na fabricação de sucos, cajuínas e outras bebidas. O pedúnculo também pode ser aproveitado para a fabricação de diversos produtos (principalmente doces) e na alimentação animal. Outras partes da planta também são utilizadas, pois os restolhos dos galhos podados, as cascas das árvores e as folhas, por serem fontes de tanino e goma, são aproveitadas na indústria química e na geração de energia (queima) (SERRANO; PESSOA, 2016, p.3).

Quanto à comercialização, ocorre a partir de pequenos produtores que negociam suas safras com compradores intermediários, mais conhecidos como “atravessadores”, os quais, por sua vez, negociam com as grandes indústrias. Nessa negociação, o atravessador, por ser justamente um intermediário, é de fundamental importância para o desenvolvimento da cadeia, porquanto diminui os riscos na negociação e propicia o abastecimento adequado de matéria-prima às indústrias. (SERRANO; PESSOA, 2016).

Todavia, segundo Figueirêdo et al., (2009), a cajucultura brasileira tem enfrentado, nos últimos anos, uma forte tendência de grandes produtores abandonarem seus pomares, em virtude dos elevados custos e encargos advindos da utilização de mão de obra rural. Isso resultou na predominância de pequenos agricultores na atividade, mais dispostos a aceitar preços menores por sua produção através de intermediários. Essa forma de comercialização pode proporcionar agilidade nas vendas, porém, torna-se um fator encarecedor no preço do produto final.

De acordo com Serrano e Pessoa (2016), na cadeia de produção do caju, estima-se, por ano, uma geração de 250 mil postos de trabalhos diretos e indiretos. Só na exploração da cultura do caju, estipula-se a atuação de, aproximadamente, 195 mil produtores diretos - 75% deles são pequenos produtores.

Já conforme os dados da ADECE (2013), a cadeia produtiva da castanha-de-caju tem recebido benefícios por meio de ações voltadas para o rejuvenescimento dos palmares de cajueiros, o manejo de pragas e doenças e a ampliação da cobertura de financiamento aos pequenos produtores. Para este conjunto de programas, estima-se um orçamento de, aproximadamente, 2,3 bilhões de reais, que será implementado no período 2014 - 2025.

Sendo assim, tais incentivos são de suma importância para o fortalecimento da atividade do caju nas mesorregiões cearenses. Uma vez repassados aqueles valores, poder-se-ia tanto aumentar a renda dos agricultores, já inseridos na cadeia produtiva, como atrair novos investidores para a cultura.

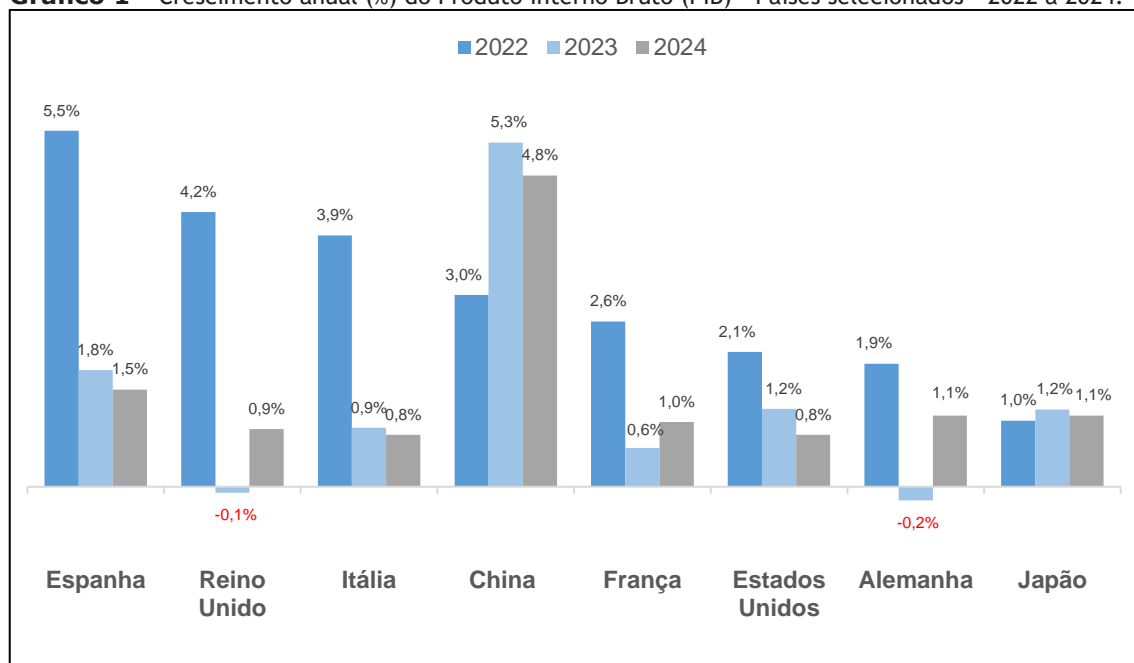
¹ Graduado em ciências econômicas pela Unifor.

CENÁRIO MUNDIAL

O gráfico 1 apresenta as projeções do PIB das principais economias do mundo, fornecidas pela Euromonitor, e apresentam comportamentos com base nas conjunturas globais, como a tensão entre Rússia e Ucrânia, China e Taiwan e políticas que remetem a medidas de recuperação econômica. Os países possuem situações externas semelhantes, mas possuem meios de resoluções diferentes e características políticas internas distintas.

As projeções das principais economias do mundo apontam, de uma maneira geral, um crescimento do PIB em 2023 abaixo do ritmo de crescimento verificado no ano de 2022. A China é a economia que registra maiores crescimentos em 2023 e 2024 com medidas planejadas de recuperação econômica, com a meta do PIB em torno de 5% e uma meta de geração de empregos de 12 milhões, logo, com projeções mais favoráveis. Tem-se, em seguida, a economia espanhola apresentando uma projeção satisfatória tanto para o ano de 2023 quanto para 2024. O Reino Unido e a Alemanha são as únicas economias que registram projeções negativas em 2023, dado que sofreram mais intensamente efeitos da guerra entre Ucrânia e Rússia, gerando forte pressões inflacionárias em energia e alimentos.

Gráfico 1 - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2022 a 2024.



Fonte: Euromonitor/Macro Model Euromonitor Baseline - Atualizado em 04/07/2023.

CENÁRIO NACIONAL

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2023, o produto interno bruto (PIB) cresceu 1,9% frente ao quarto trimestre de 2022, explicado pelos crescimentos nos setores da Agropecuária (21,6%), em decorrência da safra recorde de produção de soja, e dos Serviços (0,6%). Em direção oposta, a Indústria registrou uma leve queda de 0,1%. Na comparação interanual do PIB, o crescimento foi de 4,0%, com elevações em todos os setores: Agropecuária (18,8%), Indústria (2,9%) e Serviços (1,9%). Já no acumulado dos últimos quatro trimestres, registrou-se um crescimento de 3,3%, conforme o Quadro 1 abaixo.

Analisando os componentes do PIB na ótica da demanda, na comparação interanual, os maiores desempenhos foram verificados no componente Exportações (7,0%), explicada pelo aumento de vendas de commodities da agropecuária, em especial a soja, e Consumo das famílias (3,5%), em decorrência dos resultados positivos do mercado de trabalho e aos auxílios governamentais.

A taxa de investimento e a taxa de poupança também são indicadores relevantes, pois

refletem o nível de investimentos e a capacidade de poupança da economia. No caso do Brasil, a taxa de investimento ficou em 17,7%, o que indica a necessidade de se aumentar os investimentos para impulsionar o crescimento econômico. Já, a taxa de poupança foi de 18,1%, mostrando uma necessidade de se aumentar esse agregado para financiar mais investimentos.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 1º Trimestre de 2023.

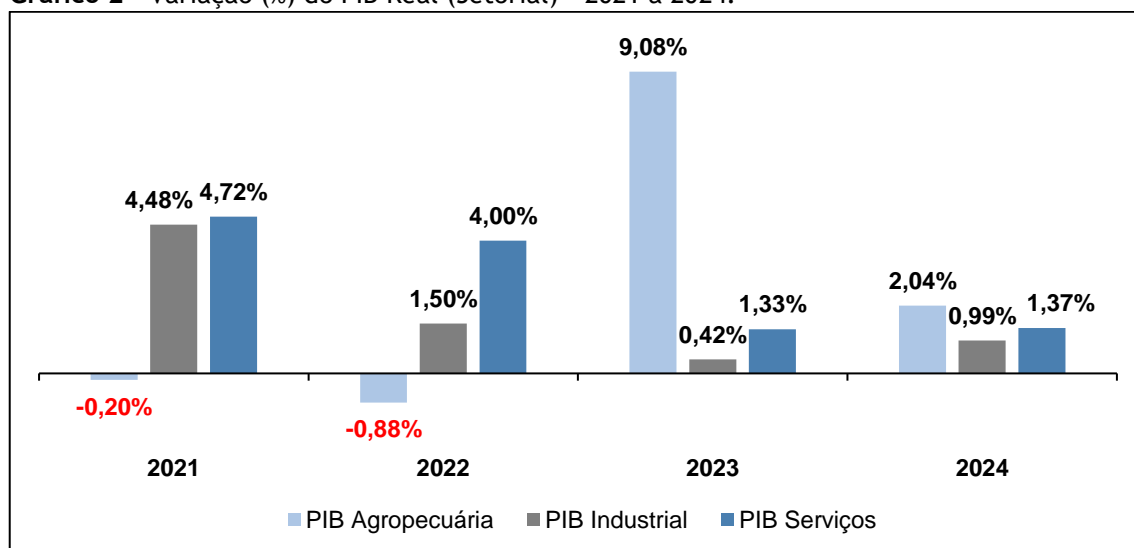
Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
1º Trimestre de 2023/ 4º Trimestre de 2022 (%) (Com ajuste Sazonal)	21,6%	-0,1%	0,6%	1,9%	-3,4%	0,2%	0,3%	-0,4%	-7,1%
1º Trimestre de 2023/ 1º Trimestre de 2022 (%)	18,8%	1,9%	2,9%	4,0%	0,8%	3,5%	1,2%	7,0%	2,2%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior	6,0%	2,4%	3,9%	3,3%	2,7%	4,5%	0,9%	5,2%	4,2%
Valores Correntes no 1º Trimestre de 2023 (R\$)	259,7 bilhões	508,9 bilhões	1,5 trilhão	2,6 trilhões	451,6 bilhões	1,6 trilhão	416,0 bilhões	468,3 bilhões	434,2 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 1º Trimestre de 2023 = 17,7%									
Taxa de Poupança (POUP/PIB) no 1º Trimestre de 2023 = 18,1%									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

O Gráfico 2 abaixo mostra a variação percentual do PIB real do Brasil, no período de 2021 a 2024, por setores produtores da economia brasileira. Devido a retomada da economia após a pandemia da Covid-19 no ano de 2020, com efeitos que perpetuaram os anos seguintes, o PIB nos setores de serviços e industrial tiveram uma alta brusca em 2021, de 4,72% e 4,48% respectivamente, porém o PIB do setor agrícola não obteve o mesmo ritmo de crescimento, de forma que retraiu 0,20%. Com a retomada mais forte da economia nos anos posteriores, a partir do progresso da vacinação e o consequente aumento das atividades econômicas que dependem da circulação de pessoas, observou-se em 2022 um aquecimento do PIB industrial (1,50%) e de serviços (4,00%).

Para o ano corrente de 2023, as previsões indicam crescimento para o PIB dos Serviços (1,33%) e da Indústria (0,42%), enquanto o da Agropecuária deve crescer de maneira acentuada em 9,08%, puxada pela safra recorde de produção de soja verificado no primeiro trimestre de 2023. Para o ano de 2024 as previsões indicam um bom desempenho para a Agropecuária (2,04%), enquanto os Serviços (1,37%) e a Indústria (0,99%) devem crescer num ritmo superior ao verificado no ano de 2023.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2021 a 2024.

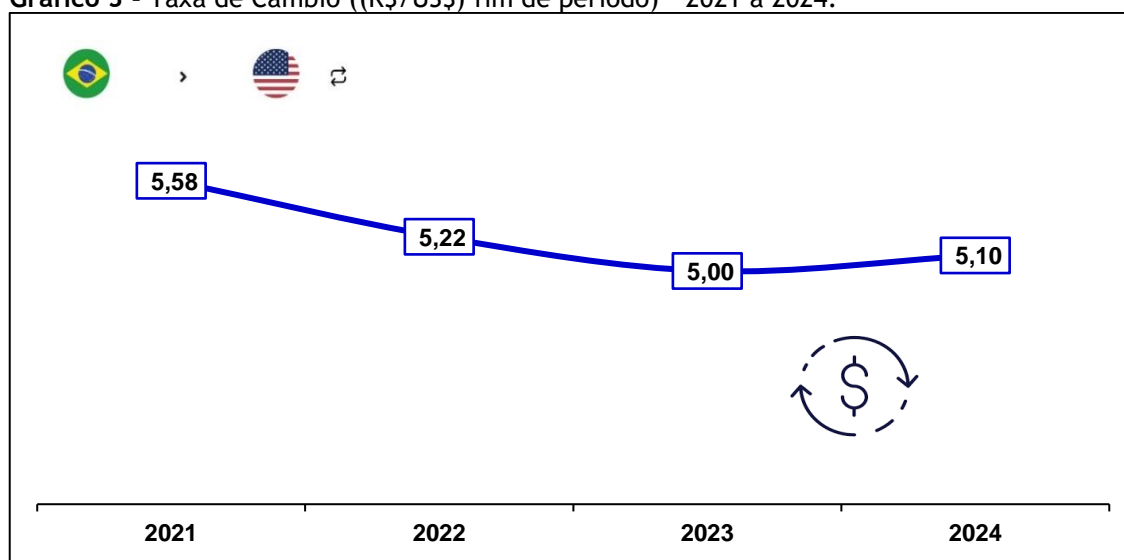


Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

De acordo com os dados do Gráfico 3, a taxa de câmbio no período de 2021 a 2024 apresenta estabilidade, embora o cenário global continue instável, visto as consequências dos conflitos da guerra da Ucrânia na Europa nos setores de commodities e de energia, como também, o cenário inflacionário nos Estados Unidos e nas maiores economias da Europa, e a consequente política monetária restritiva para o controle inflacionário.

Os resultados apontam para um câmbio de R\$ 5,00/US\$ em 2023 e uma previsão de R\$ 5,10/US\$ em 2024, previsões um pouco abaixo da taxa verificada em 2021 (R\$ 5,58/US\$) e 2022 (R\$ 5,22/US\$). A valorização do real em 2023 indica uma maior força da moeda brasileira em relação ao dólar, refletindo um cenário de maior confiança dos investidores na economia do país, em decorrência dos avanços nas reformas estruturais e melhoria nas condições macroeconômicas, sendo fatores positivos que aumentam a atração de investimentos internacionais.

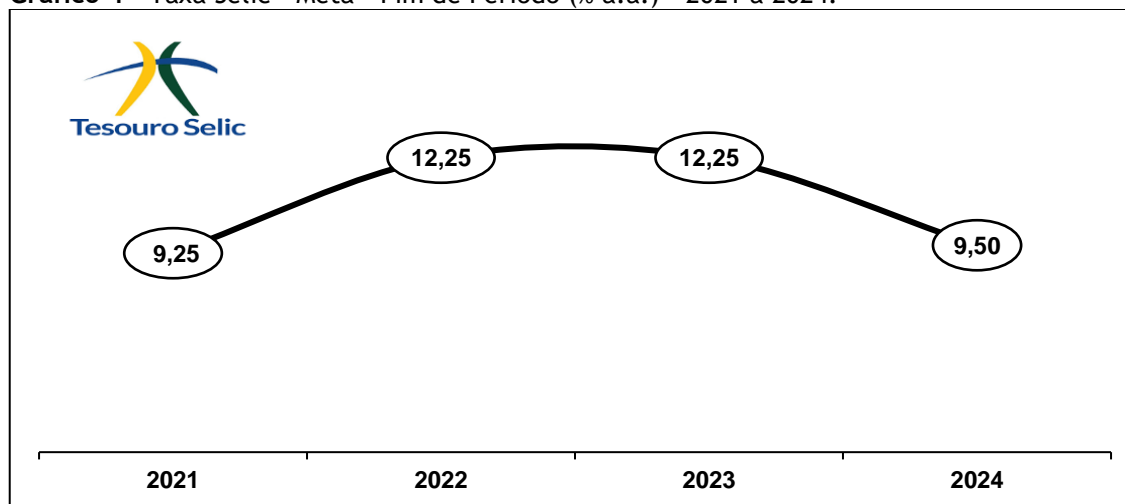
Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2021 a 2024.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em relação aos dados apresentados no Gráfico 4, verifica-se uma previsão de reversão da curva de juros em 2024, finalizando o referido ano com uma taxa de juros Selic igual a 9,50% a.a., no qual demonstra um controle da pressão inflacionária dado o decréscimo observado do IPCA no primeiro semestre de 2023, indicando assim, que o ciclo de política monetária contracionista, iniciado em março de 2021 pelo Banco Central do Brasil (BCB), parece estar se encerrando, com sinalização do BCB iniciar a transição para uma redução da taxa Selic no segundo semestre de 2023, em decorrência das projeções inflacionárias que demonstram uma manutenção da tendência de queda. Além disso, o cenário mundial tende a se manter com um ciclo monetário contracionista, em decorrência da alta inflação tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, consequentemente, as projeções de crescimento no mundo têm se reduzido de forma substancial para o ano de 2023.

Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2021 a 2024.

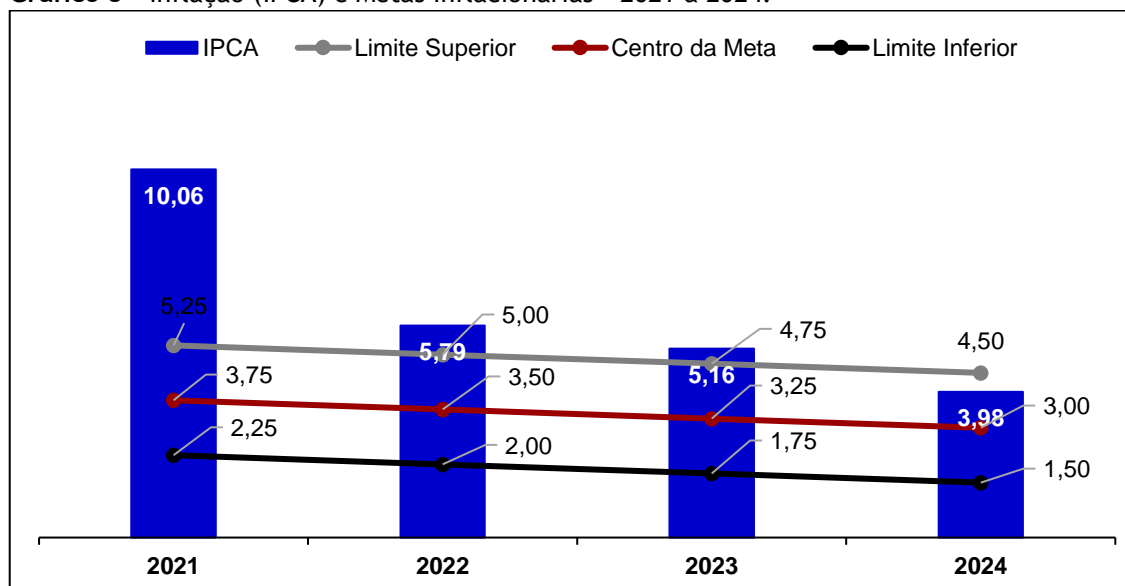


Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 5, observa-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma inflação significativa de 10,06% em 2021, ficando consideravelmente acima da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (BCB) de 3,75% para o mesmo período. No ano seguinte, em 2022, houve uma redução na taxa de inflação, chegando a 5,79%, porém ainda excedendo o limite superior da meta de inflação estabelecido para esse ano, fixado em 5,00%. Essa redução em relação à 2021 é atribuída à política monetária restritiva adotada pelo aumento gradual da taxa de juros SELIC, iniciada em 2021 e que se espera que permaneça em níveis elevados até 2024.

Para o ano de 2023, de acordo com as projeções do Relatório FOCUS, estima-se uma variação da inflação medida pelo IPCA em 5,16%, ultrapassando a meta de 3,25% e o limite superior de 4,75%. Cabe ressaltar que as projeções para 2024 indicam uma inflação de 3,98%, abaixo do limite superior de 4,50% estabelecido pelo BCB, o que evidencia os primeiros efeitos da política monetária restritiva na trajetória do IPCA em direção à meta. Esses resultados já estão influenciando as projeções econômicas atuais, que, a cada nova análise, apontam para um cenário mais otimista até 2024, com uma taxa de IPCA mais baixa e dentro dos limites e meta estipulados.

Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2021 a 2024.

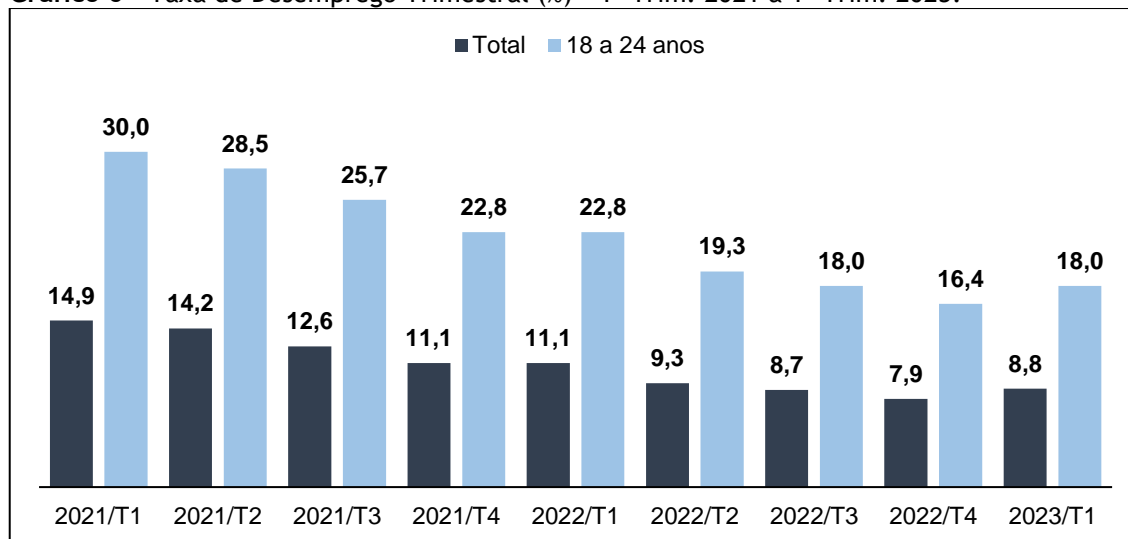


Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A partir de dados oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico 6), observa-se, durante o período analisado de 2021/T1 a 2023/T1, que a taxa de desemprego no Brasil apresentou uma tendência geral de queda. Esse movimento pode ser atribuído a fatores como a recuperação econômica gradual do país após as restrições impostas pela pandemia, bem como políticas públicas e programas de estímulo ao emprego implementadas nesse período. No primeiro trimestre de 2021, o país enfrentava grandes desafios econômicos, refletidos nas taxas de desemprego mais altas, com 14,9% para a população total e 30,0% para os jovens de 18 a 24 anos. Ao longo de 2021, as taxas vão diminuindo, encerrando no quarto trimestre com 11,1% para a população total e 22,8% entre jovens de 18 a 24 anos. Esses números sugerem um mercado de trabalho em recuperação, com queda gradual no desemprego.

Em 2022 verifica-se uma tendência de melhoria no mercado de trabalho, tendo em vista que as taxas de desemprego declinaram ao longo dos trimestres, cessando no quarto trimestre com 7,9% para a população total e 16,4% para os jovens. Vale destacar que esse (7,9%) foi o menor nível histórico de desemprego desde 2015. Por fim, no primeiro trimestre de 2023, houve um leve aumento na taxa de desemprego, subindo para 8,8% para a população total e voltando a 18,0% para os jovens, taxa correspondente ao terceiro trimestre de 2022. Embora tenha havido um aumento marginal, é importante considerar que essas taxas ainda estão abaixo dos níveis observados em períodos anteriores, sugerindo que a situação do emprego continua relativamente estável. Esses números refletem os esforços empreendidos para reverter o cenário desfavorável do mercado de trabalho, muito impactado em decorrência da pandemia de covid 19 e as devidas restrições econômicas ocasionadas por consequência. Todavia, é relevante destacar que o desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos continua sendo uma preocupação, com taxas significativamente mais altas do que a média total. Essa disparidade requer atenção especial e a implementação de políticas voltadas para a inserção e empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho.

Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 1º Trim. 2021 a 1º Trim. 2023.



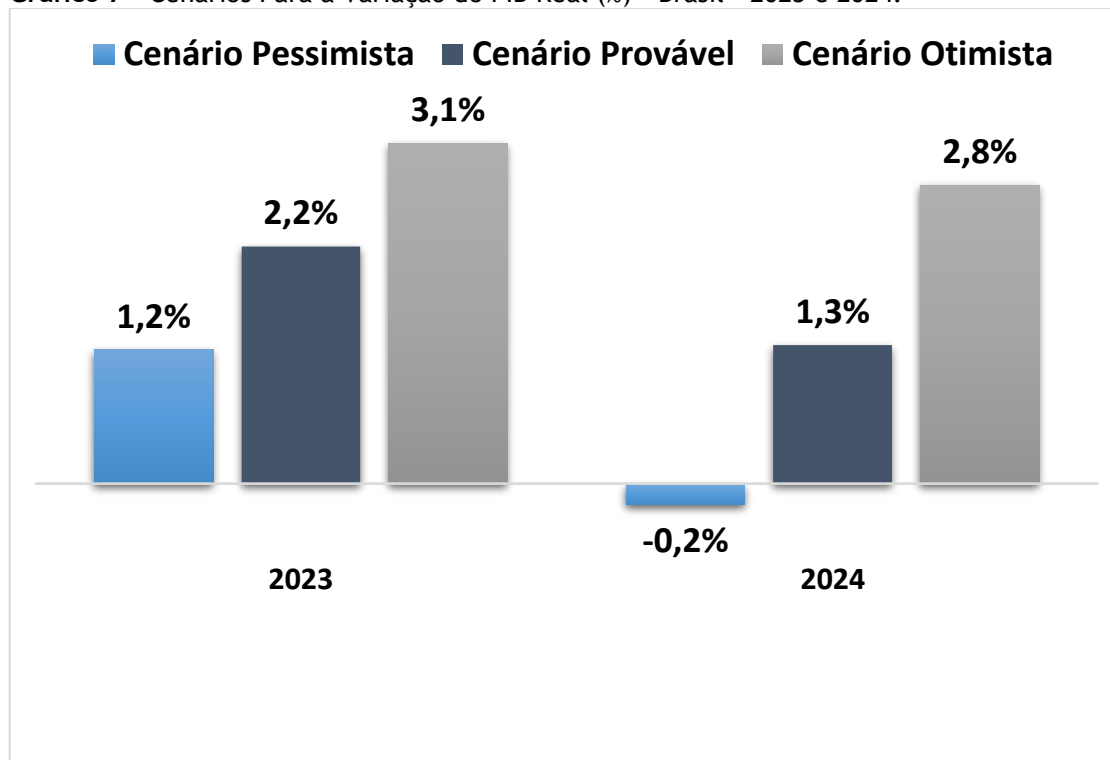
Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no ano de 2023 vem sendo impactado pela atual política monetária contracionista de aumento da taxa SELIC para reduzir a alta inflacionária, o que desestimula o consumo das famílias e o investimento das empresas. Outro fator que vem influenciando o atual cenário econômico é a manutenção da guerra Rússia x Ucrânia, o que vem mantendo uma alta da inflação mundial, gerando um ambiente de política monetária restritiva na maioria das economias desenvolvidas e conseqüentemente uma desaceleração do crescimento da economia mundial, aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Por outro lado, o bom desempenho da agropecuária no primeiro trimestre de 2023, em decorrência da safra recorde na produção de soja, bem como as reformas estruturantes em construção como o arcabouço fiscal e a reforma tributária, são elementos que vem garantindo a manutenção de um crescimento econômico positivo para o ano de 2023.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou

previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2023 e 2024, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 2,2% e 1,3%, respectivamente para os anos de 2023 e 2024. No cenário pessimista espera-se crescimento de 1,2% e retração de 0,2%, respectivamente para 2023 e 2024, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 3,1% e 2,8%, em 2023 e 2024, respectivamente.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2023 e 2024.



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

A tabela 1 apresenta as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado (VA) por setores e atividades econômicas no estado do Ceará, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, para os trimestres de 1º Trim. 2022 a 1º Trim. 2023 e do ano de 2022. Observa-se que o setor da Agropecuária apresentou crescimentos em todos os trimestres analisados, registrando um acumulado nos últimos quatro trimestres de 6,92%. Já o setor da Indústria apresentou retração em todos os trimestres analisados, explicado pelos fracos desempenhos nas atividades de Gás, Eletricidade e Água (SIUP) e Transformação. A indústria registrou um acumulado nos últimos quatro trimestres de -4,52%.

Em relação ao setor de Serviços houve crescimentos em todos os trimestres analisados, mas com desacelerações nos 3º e 4º trimestres de 2022, com acréscimos de apenas 0,40% e 0,08%, respectivamente. O destaque positivo no período analisado ficou por conta das atividades de Alojamento e Alimentação e Outros serviços, que registraram taxas de crescimento para o acumulado nos últimos quatro trimestres de 15,79% e 7,41%, respectivamente.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 1º Trim. 2022 a 1º Trim. 2023 e Ano de 2022 (*).

Setores e Atividades	1º Trim. 2022 (**)	2º Trim. 2022 (**)	3º Trim. 2022 (**)	4º Trim. 2022 (**)	Ano de 2022 (**)	1º Trim. 2023 (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	3,99	0,85	14,20	9,51	7,70	0,56	6,92
Indústria	-10,86	-0,88	-5,50	-7,48	-6,28	-1,61	-4,52
Extrativa Mineral	-1,39	3,09	6,29	3,11	2,88	1,22	2,88
Transformação	-12,69	-0,01	-3,15	-9,29	-6,35	-5,03	-4,89
Construção Civil	3,40	5,01	7,39	4,48	5,11	1,08	3,76
Eletricidade, Gás e Água	-23,69	-13,23	-22,84	-15,86	-19,16	2,74	-13,78
Serviços	4,20	3,29	0,40	0,08	1,92	2,24	1,19
Comércio	9,71	3,45	-5,72	-5,13	0,12	1,07	-2,81
Alojamento e Alimentação	12,53	24,36	18,67	12,53	16,81	9,52	15,79
Transportes	7,80	11,24	4,41	2,03	6,12	2,98	5,01
Intermediação Financeira	0,98	2,61	0,64	-0,88	0,81	1,61	0,66
Administração Pública	2,28	0,14	0,54	2,47	1,35	2,33	1,49
Outros Serviços	8,14	12,25	9,99	2,81	8,21	5,31	7,41
Valor Adicionado (VA)	1,23	2,66	0,62	-0,80	0,89	1,66	0,69
PIB	1,43	2,70	0,57	-0,70	0,96	1,70	0,72

Fonte: IPECE e IBGE.

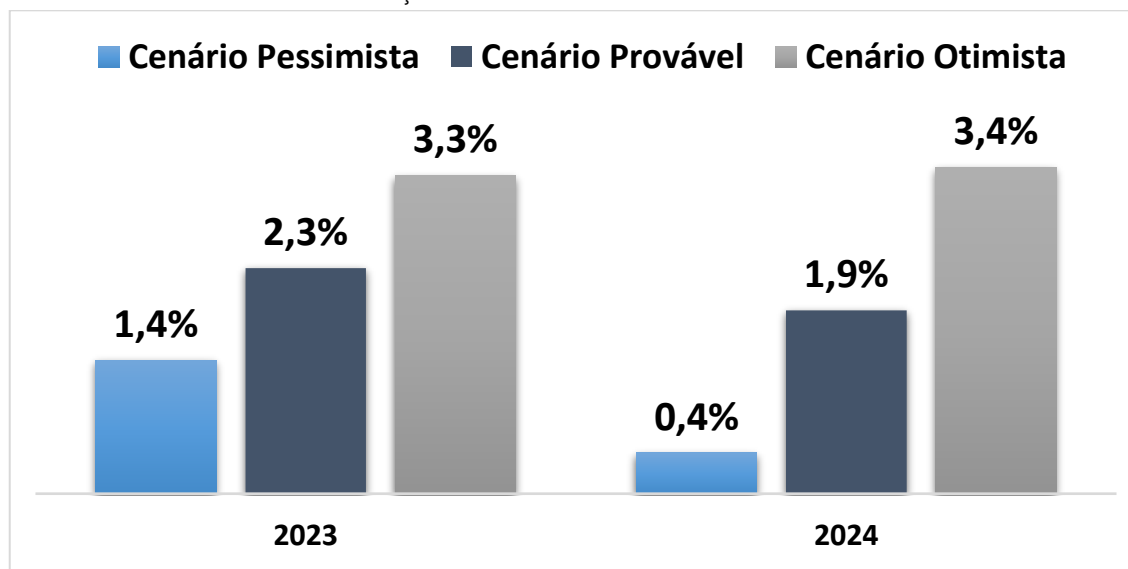
(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2023 e 2024, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 2,3% e 1,9%, respectivamente para os anos de 2023 e 2024. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 1,4%, para 2023, e de 0,4% para 2024, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 3,3% em 2023, e uma expansão de 3,4% em 2024.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2023 e 2024.

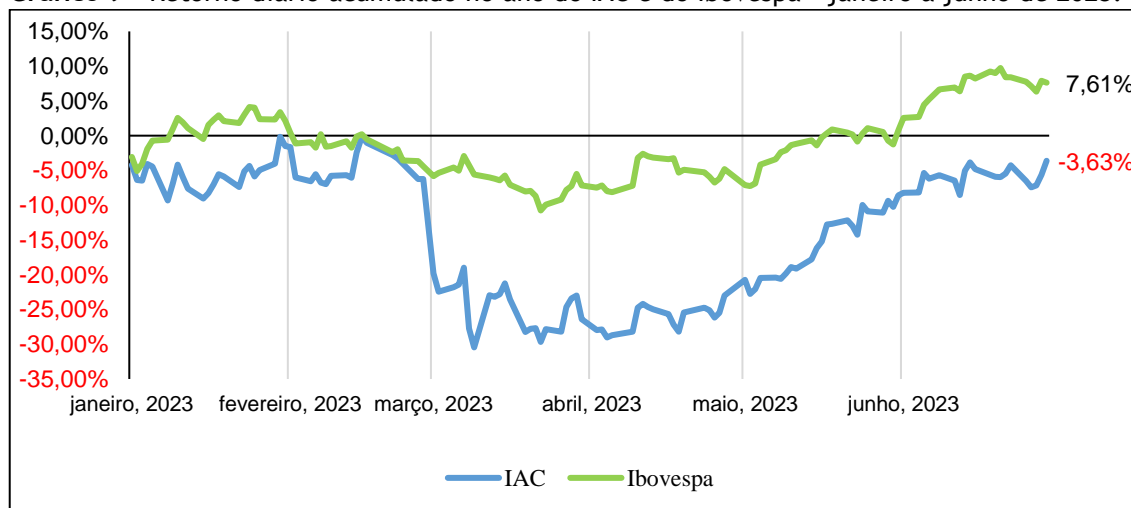


Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

ÍNDICE DE AÇÕES CEARENSES (IAC)

Conforme o Gráfico 9, o Índice de Ações Cearenses (IAC), que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores, começou no mês de janeiro de 2023 com uma queda no retorno acumulado diário de -4,21% e terminou o mesmo mês com uma queda de -0,18%. O índice Ibovespa, que é o indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), iniciou o mês de fevereiro com uma queda de -3,06%, e finalizou o mesmo mês com uma baixa no retorno acumulado diário de -4,38%. É nítido que a partir do mês de março de 2023 existe uma considerável diferença das trajetórias de retorno do IAC em relação ao do Ibovespa, com o IAC encerrando o mês de junho de 2023 com um acumulado negativo de -3,63%, enquanto o Ibovespa registrou um acumulado de 7,61%.

Gráfico 9 - Retorno diário acumulado no ano do IAC e do Ibovespa - janeiro a junho de 2023.



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/Unifor.

Conforme a Tabela 2, dentre as ações que compõe o índice IAC, nota-se como destaques positivos no retorno acumulado anual a Enel (COC5) (+27,61%), Grendene (GRND3) (+24,05%) e M. Dias Branco (MDIA3) (+18,81%). Na análise do retorno mensal, os destaques positivos foram a Pague

Menos (PGMN3) (+19,47%), Brisnet (BRIT3) (+16,03%), M. Dias Branco (MDIA3) (+10,31%) e a Enel (COC5) (+11,43%). Já no acumulado dos últimos 12 meses, os maiores retornos positivos foram registrados nas empresas M. Dias Branco (MDIA3) (+63,10%), Brisnet (BRIT3) (+56,25%) e Banco do Nordeste (BNBR3) (24,36%). Os resultados acumulados dos últimos 12 meses (%) para o IAC (-6,91%) Ibovespa (+19,83%) mostram que as incertezas econômicas que impactaram negativamente as empresas cearenses que compõem o IAC nesse período, atuaram de forma mais intensa do que para as empresas que compõem o Ibovespa.

Tabela 2 - Retornos do Ibovespa e das empresas contidas no IAC - junho de 2023.

Tickers	Retorno mensal (%)	Retorno acumulado no ano (%)	Retorno acumulado dos últimos 12 meses (%)	Participação mensal (%)
Ibovespa	9,00% ▲	7,32% ▲	19,83% ▲	-
IAC	7,37% ▲	-3,63% ▼	-6,91% ▼	100,00%
BNBR3	8,14% ▲	12,67% ▲	24,36% ▲	10,43%
COCE3	3,45% ▲	-15,74% ▼	-17,48% ▼	6,27%
COCE5	11,43% ▲	27,61% ▲	16,28% ▲	6,89%
GRND3	7,47% ▲	24,05% ▲	6,40% ▲	7,55%
MDIA3	10,31% ▲	18,81% ▲	63,10% ▲	12,98%
HAPV3	9,77% ▲	-13,78% ▼	-19,93% ▼	37,44%
ARCE	-3,36% ▼	-18,15% ▼	-25,19% ▼	14,05%
PGMN3	19,47% ▲	-7,53% ▼	-6,90% ▼	2,16%
AERI3	-10,74% ▼	17,70% ▲	-52,50% ▼	1,31%
BRIT3	16,03% ▲	0,73% ▲	56,25% ▲	0,92%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/UNIFOR.

* Data de referência: **30 de junho de 2023.**

** Retornos ajustados a dividendos e desdobramentos.

Autores:

Alysson Inácio de Oliveira
 Artur Sampaio Pereira
 Clóvis Manica
 Guilherme Poncio da Silva
 Joao Pedro Cunha Matias
 Jonatas Calebe Eufrásio Bomfim
 José Ricardo Cardoso Parente
 João da Silva Nascimento Filho
 João Pedro Portela Alves
 Nicole Antunes Timbó Silveira
 Pedro Henrique Damasceno Menezes
 Rodrigo Donato Paes
 Zeca Mattos Frota



Referências:

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - ADECE. **Plano de desenvolvimento da cadeia produtiva do Caju do Ceará para os anos de 2013 a 2025**. ADECE: Fortaleza. 2013. Disponível em: <https://www.adece.ce.gov.br/download/camara-setorial-da-cadeia-produtiva-da-cajucultura/>. Acesso em: 26 maio 2023.

BARROS, L. M.; PIMENTEL, C. R. M.; CORREA, M. P. F.; MESQUITA, A. M. M. **Recomendações técnicas para a cultura do cajueiro anão-precoce**. Fortaleza: EMBRAPA, 1993. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/420247/recomendacoes-tecnicas-para-a-cultura-do-cajueiro-anao-precoce>. Acesso em: 26 maio 2023.

FIGUEIREDO, A. M. *et al.* Competitividade ameaçada: análise da estrutura de governança do agrossistema brasileiro da amêndoa de castanha de caju. *In: XLVII SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*. 2009, Porto Alegre. [...] *Anais*. Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <https://sober.org.br/anais/>. Acesso em: 26 maio 2023.

SERRANO, L.A.L.; PESSOA, P.F.A de P. **Aspectos econômicos da cultura do cajueiro**, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307957726_Aspectos_economicos_da_cultura_do_cajueiro. Acesso em: 26 maio 2023.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA. **Produção agrícola municipal**, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: 26 maio 2023.